

MEMÓRIA COLETIVA DOS MILITANTES DE ESQUERDA

Eduardo Navarro Stotz

Existe uma história que recupere a memória coletiva dos militantes de esquerda que se opuseram à ditadura militar? Afinal, as concepções elaboradas para a fase da luta, agora que o regime militar acabou, podem ser consideradas vitoriosas? [1] Ou, pelo contrário, foram derrotadas? Neste capítulo, nos propomos oferecer uma primeira abordagem dessas questões, tendo consciência de se tratar de uma versão entre outras que se escreva sobre elas. É uma versão limitada que pouco ultrapassa a característica de um ensaio, e isso principalmente devido ao difícil acesso as fontes.

Difícil duplamente. Primeiro porque os dominados – ao contrário dos dominadores – não contam com os aparelhos governamentais para a sistematização dos seus registros, e já por aí se dilui sua memória social. Mesmo quando os aparelhos governamentais dispõem de tais registros, impedem o seu uso pelo historiador, como se dá com a documentação existente nos órgãos civis e militares integrados na área de informação e segurança, ou ainda com o arquivo morto do judiciário militar. Segundo porque a memória coletiva das esquerdas é de tal modo dividida pelos múltiplos movimentos, alas, dissidências, frações e "rachas" que se torna impossível, pelo menos na conjuntura atual, dar-lhe uma organicidade. E, além do mais, os que detêm algum acervo valioso para a recuperação da memória coletiva das esquerdas muitas vezes o guardam zelosamente, seja por motivo de segurança das organizações a que pertenceram, seja por razões existenciais que devem ser respeitadas.

Por todo esse conjunto de motivos acima explicitados, não dispusemos, infelizmente, de documentos de todas as organizações de esquerda. E nem mesmo de séries completas para aquelas organizações em que nos apoiamos. Como tentamos trabalhar prioritariamente com fontes primárias, produzidas pelas organizações ao longo de sua luta, evitando

avalizar, pelo menos conscientemente, os juízos emitidos pelas escassas fontes secundárias existentes, aparecerão possivelmente lacunas e incorreremos provavelmente em equívocos. O que não desejamos é que, por força de todas essas dificuldades, adotemos qualquer posição que reproduza uma "hegemonia oculta" da memória de uma organização sobre a memória de outras. [2]

A produção teórica das esquerdas é, aparentemente, muito diversa daquela desenvolvida nos meios acadêmicos. Nos inúmeros documentos escritos nessa longa fase de ditadura, as questões e os métodos utilizados em sua abordagem estiveram comprometidos com objetivos políticos que, como sabemos, não constituem cânones da produção de tipo científico. Os documentos refletem uma preocupação básica de compreender as condições gerais da luta de classes para definir os "caminhos" da Revolução. Poderíamos supor então que, em virtude de o fulcro de interesse estar orientado pela militância, tal conhecimento deva ser descaracterizado por não seguir padrões científicos. Contudo, a noção de uma ciência "neutra" e desideologizada parece-nos altamente questionável. Por outro lado, o conhecimento alcançado através das ciências, especificamente das ciências humanas, foi (e continua sendo) apropriado pelo pensamento militante enquanto referencial analítico. E isso é ainda mais verdadeiro quando se considera que os programas políticos sintetizam uma determinada compreensão e conhecimento da sociedade e da história de seu desenvolvimento.

Voltemos à interrogação inicial. Historicamente, houve duas respostas fundamentais para ela. Até 1964 pelo menos, predominou a visão de ser o Brasil um país de economia capitalista "emperrada" ou limitada pela sobrevivência de "restos feudais" (ou ainda semifeudais), à qual se sobrepunha a dominação imperialista. O nível do desenvolvimento das forças produtivas não seria ainda plenamente capitalista. O caráter da revolução advinha exatamente da necessidade de superar esses obstáculos, em bases democráticas e nacionais. Essa era, de maneira bastante simplificada, a concepção nuclear da esquerda brasileira, expressa pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora o proletariado fosse considerado a força dirigente da revolução, em face da etapa democrática e nacional ele deveria promover uma aliança com a burguesia nacionalista.

A partir de 1961, essa concepção passou a ser questionada. Novos grupos fizeram sua aparição no cenário do movimento comunista brasileiro. Um desses grupos, que adotou o nome de Política Operária (Polop), apresentava uma visão diametralmente oposta. A Polop partia do pressuposto de que as contradições em que estava envolvido o Brasil advinham do desenvolvimento capitalista, precocemente monopolista, que não somente deixara intacta a dominação latifundiária como mantinha com esta uma relação de complementaridade. A burguesia industrial, sobretudo após a expansão da indústria de base, era a classe que detinha o poder político; a sua fração nacional partilhava o poder dentro de um bloco que incluía tanto o latifúndio quanta o monopólio imperialista. A Polop admitia existirem tarefas democráticas, burguesas, a enfrentar, mas pensava que estas deveriam ser resolvidas dentro de um processo geral de luta contra o sistema capitalista.

Não é necessário dizer que essa última visão era claramente minoritária na época. O PCB exercia na esquerda o monopólio de fato do movimento operário e das massas trabalhadoras. [3]

Passados 21 anos do golpe militar de abril de 1964, poucos são aqueles, entre as esquerdas, que ainda pensam a revolução brasileira nos antigos termos. Está assente para todos, ou quase todos, que vivemos sob um sistema capitalista e que a contradição fundamental de nossa sociedade é a que opõe o trabalho ao capital. O próprio PCB assim analisa o quadro da sociedade brasileira:

"A atualidade do socialismo, fenômeno que caracteriza historicamente a nossa época, revela-se também no Brasil (...). A determinação incontornável da contradição fundamental da formação econômico-social brasileira – a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação –, posta mesmo pelo desenvolvimento capitalista, torna o socialismo, no Brasil, uma necessidade objetiva, reforçada pelos processos que sacodem o sistema capitalista mundial." [4]

Entretanto, na medida em que nos detemos na análise das formulações, redescobrimos as velhas clivagens ideológicas de duas décadas atrás, cristalizadas no discurso. A idéia de uma "etapa democrática

e nacional", que antes correspondia a "contradição fundamental" de nossa sociedade, deslocou-se para o plano da estratégia na qualidade de uma "contradição principal". Citando ainda o mesmo documento:

"A ultrapassagem do capitalismo, no Brasil, exige a remoção dos obstáculos que impedem o povo brasileiro de situar-se como o sujeito do seu processo histórico de resgate e libertação (...). Nestas condições, a contradição fundamental da sociedade brasileira – entre o capital e o trabalho – para resolver-se inteiramente, exige a derrota, pelo povo brasileiro (a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas), da aliança do imperialismo – especialmente o norte-americano – com seus sustentáculos, a reação interna, que domina a economia nacional, a sociedade civil e o Estado."

Retoma-se, assim, a concepção de um processo revolucionário democrático e nacional. O que prevalece é a idéia da contradição povo (nação) versus imperialismo (Estados Unidos). Citamos aqui essas passagens do documento com o propósito de chamar a atenção para o que consideramos ser o dilema do pensamento de esquerda no Brasil. Talvez muitos agrupamentos não possam ser enquadrados na visão do PCB, mas o que nos interessa é constatar a dificuldade que a esquerda tem de gestar uma estratégia fundada, sem mediações ou "etapas", na contradição capital-trabalho que é, reconhecidamente, a contradição fundamental em nossa sociedade. Esse dilema esteve no centro das análises feitas pelas esquerdas sobre a natureza de classe do Estado após o golpe de 1964. Então, é exatamente aí que reside a problemática específica do pensamento de esquerda e sua contribuição para o estudo histórico do período 1964-1984. Não é muito difícil entender por que: se a revolução é o processo através do qual se derruba uma classe, arrancando-lhe das mãos o poder, definir como se organiza o poder, em que sistema de alianças se apóia, ou seja, qual é o bloco no poder, passa a ser a questão central.

Identificaríamos duas visões básicas. A primeira caracterizava a ditadura militar implantada em abril de 1964 como um Estado fascista. Usou-se muito, nos escritos do PCB, do PC do B e da AP, a noção de ditadura militar-fascista. Por que se trataria de um Estado fascista?

Segundo dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), os métodos terroristas definiam a essência do Estado fascista. Contudo, não conseguiam superar a dificuldade em admitir faltar ao Estado brasileiro as características do fascismo enquanto fenômeno histórico. O certo é que o fascismo pressupõe elementos de mobilização de massas, sobretudo da pequena burguesia, e uma ideologia de expansionismo e grandeza nacional capaz de unificar essas massas. Devido ao fato de que a ditadura militar era sustentada pelo "grande capital estrangeiro e a burguesia a ele associada", não lhe ficava facultado o acesso a agitação nacionalista, e suas bases sociais eram necessariamente estreitas. Aparentemente, a caracterização de ditadura militar-fascista servia aos propósitos de enfatizar o caráter antifascista da luta. Derrubar a ditadura militar-fascista era lutar pela democracia, e esta adviria de um conjunto de forças anti-ditatoriais, inclusive da burguesia não associada ao imperialismo. Retrógrada, entreguista, antinacional e antipopular: essas eram as características da política do regime.

A outra visão, elaborada pela Polop, partia de pressupostos diferentes: não tinha havido alteração das classes no poder no Brasil em abril de 1964, pois o estado era e permanecera uma ditadura burguesa latifundiária, subordinada ao imperialismo e sob a hegemonia do setor industrial. Que se havia alterado, então? O ponto básico a ser considerado estava na mudança da forma de exercício do poder e no peso específico de cada um dos setores das classes dominantes. Até 1964, as classes dominantes exerciam sua ditadura através do sistema da democracia representativa, no qual os setores que prevaleciam sobre o eleitorado (as classes trabalhadoras) ganhavam acesso à máquina política. Tratava-se de uma ditadura velada e direta das classes dominantes. A ditadura militar, em contrapartida, era vista como uma ditadura aberta, pois não se utilizava mais dos mecanismos da democracia representativa para ocultar a dominação, e indireta, uma vez que os novos governantes não eram mais os representantes diretos da burguesia. As várias facções da burguesia não tinham mais acesso direto ao poder, não podiam mais fazer valer seus interesses na dependência do Executivo de suas bases eleitorais. Produzia-se uma situação de distanciamento entre o poder político e suas bases de

sustentação social que, evidentemente, nunca chegava a uma independência ou autonomia.

Resultava daí também que, eliminadas as possibilidades de uma oposição burguesa legal, esta passava para o campo das conspirações militares. A sucessão presidencial disputava-se nos quartéis, onde as facções burguesas se expressavam indiretamente. Se as bases sociais da ditadura militar – e foi essa, simplesmente, a caracterização típica feita pela Polop – permaneceram as mesmas após 1964, o peso específico de cada um dos setores dominantes havia mudado. A raiz desse processo estaria no desenvolvimento capitalista da década anterior. A montagem de um grande parque industrial implicou um enorme processo de centralização e concentração de capital, conduzindo a uma monopolização acelerada da economia. Esse mesmo processo intensificou o capitalismo de Estado e a integração imperialista. A crise econômica de 1963-1965, aprofundada pela política recessiva da ditadura militar e que durou até 1967, consolidaria essa tendência. Importante seria, nessa perspectiva, levar em conta que, diante da impossibilidade de a burguesia brasileira dispor de fundos próprios para abranger os grandes investimentos exigidos para a implantação e expansão do parque industrial, os monopólios estrangeiros e os nacionais a eles associados, juntamente com o Estado, enquanto investidores, passaram a deter o controle do poder. Em outros termos, a hegemonia do bloco burguês estava definida pelos interesses do "capital financeiro". A burguesia não-integrada ao imperialismo, a burguesia não-monopolista, era considerada um setor bem fraco, que não possuía autonomia de movimento e que não tinha poder de decisão sobre o Estado brasileiro. Sua dependência em relação ao Estado e aos grandes monopólios determinaria um comportamento politicamente submisso desse setor. [5]

Exatamente em torno do papel dessa burguesia não-integrada ao imperialismo é que surgiram as maiores polêmicas nos arraiais desse grupo de esquerda. A discussão tomou impulso a partir de 1974, com a crítica do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), uma cisão da Polop nos anos 1972-1973. Um dos expoentes teóricos do MEP criticava o programa daquela organização por não perceber distinções importantes no seio da burguesia industrial. Afirmava existirem no seu interior duas frações distintas, com interesses e projetos políticos distintos e, além do mais,

ocupando posições e funções bastante diferentes no bloco de classes no poder. A discussão que se deveria fazer era entre a grande e a média burguesias, a primeira ditando os termos da política, a segunda ocupando posições subalternas no Estado. Qual seria o projeto político próprio dessa "burguesia média?" O documento não é muito preciso nesse aspecto. Diz apenas que a burguesia média oscila entre a necessidade de conter o processo de monopolização, por um lado, e o descontentamento das massas, por outro. Projeto historicamente inviável, acrescenta. Mas daí não resultaria o seu desaparecimento. A sua importância avultaria nos momentos de ascenso do movimento de massas, quando esse setor procurasse tirar proveito do movimento para melhorar suas posições no bloco dominante. O autor conclui afirmando que a burguesia média não era e nem poderia ser considerada o inimigo principal do proletariado. [6]

Após esse longo percurso nos documentos da época, que verificamos? Que a cobra morde o próprio rabo. Ou seja, que, partindo de pressupostos diferentes, várias organizações chegaram a um mesmo ponto comum. Ainda que a contradição fundamental seja a que opõe o trabalho ao capital, admite-se que exista uma burguesia não-monopolista, média ou nacional, que não constitui o inimigo principal. Mas que se pretendia dizer com a expressão "inimigo principal"? O mesmo documento do MEP oferece uma resposta: para destruir o bloco dominante, o proletariado deve procurar *concentrar* seus golpes sobre a classe que *organiza e dá coesão* ao sistema de dominação. *A debilitação da grande burguesia industrial e financeira* (e da ditadura militar) - arremata o autor - implica o enfraquecimento do bloco dominante como um todo, a desorganização de suas forças, o questionamento de sua direção, a perda de sua coesão interna.

As esquerdas, de um modo geral, viveram as inflexões históricas da derrota do proletariado em abril de 1964, derrota essa que se consolidou após o esmagamento dos embriões de um movimento operário organizado nas bases fabris, surgido nas greves de Osasco e Contagem. Tudo indica que relativizaram a importância de basear suas estratégias no crescimento - ainda que lento e limitado - das lutas operárias. Adotaram, em sua maioria, estratégias cujos "exércitos", reais ou supostos, estavam em outras classes "mais ativas". Agiram em substituição e em nome do proletariado, fazendo

"alianças" com setores médios, com a pequena e a média burguesias, dentro de um movimento popular contra a ditadura. Contudo, quando a classe operária voltou a se manifestar, em fins de 1977, nas greves do ABC paulista, não o fez sob a liderança das esquerdas.

Também faz parte de uma história de militantes a apreciação sobre os acertos e os erros das concepções e caminhos adotados para a derrubada da ditadura militar. Essa não é uma questão simples de resolver. Contudo, uma coisa é clara e segura: de maneira geral, foram derrotadas todas aquelas concepções que pressupunham uma derrubada revolucionária do regime. A ditadura militar foi substituída por uma forma transitória de governo que ainda não é uma democracia burguesa plena, mas já deixou de ser o antigo regime. Mais ainda: não houve um abalo das bases sociais de sustentação do regime. Os militares afastam-se da cena com o seu poder intacto. Os monopólios nacionais e estrangeiros controlam a máquina de Estado, embora tenham de partilhá-la com os setores médios. A solução de compromisso de Tancredo Neves, mesmo com o drama shakespeariano de sua doença e morte, permitiu esse desenlace.

Foram derrotadas, do ponto de vista histórico, as concepções que se basearam na estratégia de "guerra revolucionária", em suas variantes. Agrupamentos como a Aliança Libertadora Nacional. (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que haviam saído das fileiras do PCB nos anos 1966-1968 e optaram pelo enfrentamento armado através da implantação do foco guerrilheiro, segundo o exemplo cubano (estava-se em plena influência da Revolução Cubana), não conseguiram cumprir o papel de catalisar a rebelião das massas, quer nas cidades, quer no campo. A maioria das organizações foi praticamente liquidada e seu sacrifício de sangue não deixou, como na Argentina, um rastro visível na sociedade. No momento extremo de seu isolamento social e político, em plena euforia do "milagre econômico", não havia mais foco guerrilheiro, mas apenas "ações diretas", expropriações com vistas à auto-sustentação dos grupos cercados pela repressão policial. O que restou foi, paulatinamente, reorganizando-se sob a estratégia possível, que seguia a linha de força predominante na sociedade - a frente democrática contra a ditadura. Voltaram ao ponto de partida inicial de antes da ruptura com o PCB. Talvez o caso exemplar seja o MR-8

que assumiu todas as consequências de sua reviravolta e, em sua maioria, optou pela dissolução no PCB.

Em outra vertente, o Partido Comunista do Brasil também assistiu ao fracasso de sua estratégia. Diversamente de outros agrupamentos, o PC do B já havia desenvolvido uma atividade nas massas, sobretudo do campo.

Além do mais, o PC do B viu, entre 1971 e 1973, suas forças substancialmente engrossadas pela adesão gradativa da maioria dos quadros da Ação Popular. Esta organização teria, segundo tais quadros, procurado seguir "um caminho independente na sua formulação política", mas "chegara às mesmas conclusões do Partido" (Comunista do Brasil) quanto "à dependência do país e à luta internacional decorrente, à importância da questão camponesa no interior e à luta democrática que daí se origina e (finalmente) quanta à correção e à justeza da tática da frente antifascista na luta contra o regime brasileiro dos tempos de Médici". [7] Originária da JUC (Juventude Universitária Católica), no início dos anos 60, a AP manteve sempre grande penetração no movimento estudantil, tendo aderido, depois de um "debate teórico-ideológico", ao marxismo-leninismo, de cunho maoísta, entre 1965 e 1968. A minoria da Ação Popular Marxista-Leninista que não se incorporou ao PC do B, especialmente por dar prioridade ao trabalho revolucionário com base no proletariado urbano, chegou até os anos 80, quando entrou num consciente processo de autodissolução.

Em 1975, quando a guerrilha do Araguaia foi destruída pelo Exército, o PC do B reorientou progressivamente a sua estratégia. Os círculos dirigentes não fizeram um balanço profundo do significado dessa derrota; procurou fazê-lo um de seus membros, Pedro Pomar, assassinado em 1976, na Lapa, juntamente com Ângelo Arroio. Pomar havia sugerido que o PC do B marchara, naquela experiência do Araguaia, para o desvio "foquista". Quer dizer: tendera a substituir a guerra de massas, popular, que pressupõe a preparação política e a organização do partido, pela tendência a agir como um destacamento automeado cuja ação "catalisaria" a revolta das massas trabalhadoras. Pomar não ultrapassou os limites programáticos do seu partido, que identificava a força principal da revolução no campesinato. A sua prática revolucionária não reconhecia, portanto, que nas condições onde domina o capitalismo, a luta do campesinato está em

grande medida na dependência do movimento operário. O PC do B reorientou então sua linha e em 1975 lançava um manifesto onde colocava "na ordem do dia, como solução política viável para liquidar a ditadura, a convocação de uma Assembléia Constituinte Livremente Eleita, a Abolição de todos os Atos e Leis de Exceção, a Anistia Geral". [8] A solução política viável passava a ser, pois, a conquista do Estado de Direito Democrático, o que não é senão a democracia burguesa que se vem implantando.

Para a Polop, a derrota foi, todavia, muito mais profunda, pois nunca raciocinara nos termos de uma frente anti-ditatorial e democrática, no interior da qual os comunistas "disputariam" a liderança. Esse grupo, que admitia a luta armada como método indispensável para a derrubada revolucionária do regime militar, concentrou-se, após 1968, na tentativa de construir o núcleo de um Partido Operário. O grupo demorou a perceber que o movimento operário havia sofrido uma profunda derrota. A tentativa de construir o partido a partir de frágeis ligações com uma classe operária desarticulada fracassou rotundamente e enfraqueceu a já pequena organização. Após uma trajetória de crise, em que praticamente se manteve a margem do movimento democrático da pequena burguesia nas cidades, omitindo-se até mesmo da luta pela anistia, reencontrou o caminho da luta operária quando esta voltou a se manifestar. A Polop alegava que ao proletariado não interessava substituir uma forma de dominação burguesa por outra, muito embora a mudança de regime, a democracia burguesa, favorecesse o avanço da luta operária. [9]

Se prevaleceu a "derrubada" não revolucionária da ditadura militar, existe alguma concepção que, no meio das esquerdas, possa reivindicar-se vitoriosa? Aparentemente, esse parece ser o caso do PCB. O Partido manteve, aliás, uma coerência política que faltou, exceção feita à Polop, aos demais grupos. Essas duas organizações de esquerda constituem, a nosso ver, os modelos paradigmáticos do conjunto do movimento de esquerda no Brasil no período 1964-1984. Quanto ao PCB, seria aplicável o critério de uma concepção vitoriosa desde que considerada nos limites da proposição geral da derrubada da ditadura militar por uma ampla frente democrática, que incluía a oposição burguesa. Essa proposição fora esboçada em 1965 e consolidada no VI Congresso, realizado em 1967, no rescaldo das cisões "militaristas". Até 1984, o PCB raciocinava com a hipótese de que a

hegemonia dessa frente ficaria nas mãos da "burguesia liberal e democrática", muito embora o Partido lutasse para a concretização de um projeto centrado nas "classes subalternas" (o proletariado à frente), o que historicamente ultrapassaria de todas as propostas burguesas. [10]

Analisemos, em linhas muito gerais, a conjuntura atual. A frente democrática foi, no campo das esquerdas, a posição vitoriosa. Mas não incluiu o proletariado nem os trabalhadores do campo. E a vitória foi conquistada por um espectro de forças políticas mais amplo do que imaginava o PCB. O esvaziamento da campanha das diretas e a transição "pelo alto", via Colégio Eleitoral, permitiram ao bloco burguês que dominara o poder do Estado na fase da ditadura recompor-se no interior da frente democrática (criação da Aliança Democrática) e assegurar o controle de postos fundamentais da máquina estatal.

Notas

[1] Versão do capítulo "Tantas ilusões perdidas: memória dos militantes de esquerda" publicado no livro *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, de autoria de José Luiz Werneck da Silva. Esta versão foi publicada no livro "Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Centro de Estudos Victor Meyer, Salvador, 2009.

[2] Para a recuperação da memória coletiva dos militantes de esquerda são extremamente importantes as memórias, de autorias individuais ou coletivas. Destas, a mais completa é aquela que Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos coordenaram, sob o título *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*, São Paulo: Livramento, 1978, escrita e inicialmente publicada no exterior.

[3] A Polop propôs, cerca de uma semana antes do golpe de 1964, que o PCB, o PC do B e ela própria coordenassem suas atividades como "primeiro passo para a criação de um núcleo consciente - marxista e leninista - de uma frente ampla de massa", por estes "três grupos" vanguardada, de modo que, "na própria dialética da luta de classes", se formasse o "Partido (revolucionário) necessário". (*Política Operária*, ano III, número 5, Rio de Janeiro, 1963, "Pela união dos marxistas revolucionários", 51: 52)

[4] Encontro Nacional pela Legalidade do PCB. Uma alternativa democrática para a crise brasileira. São Paulo, Juruá, 1984 (155-7).

- [5] Formação e natureza da ditadura militar. Subsídio para análise das perspectivas da luta de classes no país. Extraído do *Informe Nacional* n. 13, POC, julho 1969.
- [6] Tovar, Luis Antonio. "Critica ao 'Programa Socialista para o Brasil' (PSB)", in: *Brasil Socialista*, ano I, n. 2, abril de 1975 (92-4).
- [7] A experiência da Ação Popular. Documento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sobre a Incorporação da Ação Popular, segunda parte, novembro de 1976.
- [8] "Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura" (Mensagem aos Brasileiros), janeiro de 1975. In João Amazonas. *Pela liberdade e pela democracia popular*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1982.
- [9] Utilizamos como referência a revista *Marxismo Militante*, n. 7, março de 1980 e o artigo de Raul Villa "Para um balanço da P.O.", in *Brasil Socialista*, ano II, n. 7, outubro 1976.
- [10] Encontro Nacional pela Legalidade do PCB, op. cit. (92-3).